



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETÁRIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – CFA/DPCFA/NVPAT
CONSELHO GESTOR ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS



ATA 250ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO GESTOR **APA CAPIVARI-MONOS**

Data: 07 de janeiro de 2026 Quarta-feira

Horário: das 10:00h às 12:00h Presencial.

Local: Sede da GCM Inspeção Defesa Ambiental Capivari Monos

Endereço: R. Antônio Marcondes Boeta, 620 - Jardim Aladim, São Paulo - SP

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

O registro fotográfico dessa reunião encontra-se anexado a este documento, no Anexo I, assim como orienta a Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020 e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Gestor APA-CM – Gestão 2025-2027.

A ATA anterior, da reunião ordinária da APA Capivari-Monos, foi aprovada através do envio de e-mail para os conselheiros.

Pautas:

- I. Abertura da reunião
- II. Combate ao turismo clandestino
- III. Projeto Cachoeiras Limpas
- IV. Combate a invasão das Terras Indígenas
- V. Combate aos crimes ambientais
- VI. Fechamento da reunião

Abertura da reunião

A reunião iniciou com fala do gestor Roberto Carlos agradecendo a Comandante Andrade, da GCM Ambiental, pela disponibilização do espaço para reunião e pelo café servido no local e iniciou a reunião com a exposição da pauta da Câmara Técnica de Defesa e Valorização Ambiental.

Roberto Carlos fez uma explicação sobre as Câmaras Técnicas (CT) e Grupos de Trabalho (GT) da APA Capivari-Monos e explica a razão da criação da CT de Defesa e Valorização Ambiental e qual o seu objetivo de combate e prevenção de crimes ambientais na região, devido aos atrativos naturais, como cachoeiras e rios, que existem dentro da APA. Foco dado para o verão do ano (janeiro até março de 2026) onde é o pico de movimentação de pessoas no território devido ao calor e período de férias escolares e feriados.

Combate ao turismo clandestino / Projeto Cachoeiras Limpas / Combate a invasão das Terras Indígenas / Combate aos crimes ambientais

Roberto Carlos fala que o turismo clandestino, caracterizado pela mediação de uma agência não-autorizada fazer passeios e rotas em áreas onde não tem permissão e recebendo remuneração por isso, é uma das maiores preocupações. O turismo clandestino coloca a vida das pessoas que participam em risco de acidentes e até mesmo morte em destino que não tem o suporte para turista. O perigo é agravado no período de verão pela alta quantidade de chuvas que gera mais riscos em um local já perigoso.

Roberto Carlos fala sobre operações realizadas anteriormente com parceria da GCM Ambiental para impedir esse turismo clandestino e o acompanhamento que existe nas redes sociais, porém afirma que é necessário avançar com mais operações.

Flávio, da sociedade civil, questiona a possibilidade de fazer um sistema de vigilância como o presente no Rodoanel para impedir a entrada ilegal desses turistas clandestinos. Também dá a ideia de terceirizar a administração do local para que o terceirizado seja quem maneje a área. Explica que existem muitos investidores que pagariam pela oportunidade e que conseguiriam manter o local vigiado e com segurança.

Roberto Carlos informa que já existe um plano dentro do Conselho do Polo de Ecoturismo para transformar as cachoeiras em atrativos turísticos legalizados. Também deve-se levar em consideração que os maiores atrativos estão dentro do Parque Estadual Serra do Mar (PESM) e em Terras Indígenas e por isso que há um diálogo aberto com o Ministério Público Federal para discutir esses atrativos.

Bruno Alves fala que vê relatos de pessoas em redes sociais entrando ilegalmente nas cachoeiras e Roberto Carlos pede que quando alguém ver isso que seja registrado para que possa ser feito um dossiê com essas imagens.

Flávio sugere a instalação de câmeras da SmartSampa em locais e trilhas conhecidas para registrar essa entrada irregular nas cachoeiras. Roberto Carlos pergunta para o Comandante Andrade a viabilidade dessa sugestão, Comandante Andrade informe que é possível pedir a instalação, mas que é necessária uma avaliação da viabilidade e necessidade de câmera no local. Comandante Andrade informa que já houve situações similares onde foi possível instalar uma câmera.

Flávio informa que para uma legitimação maior do pedido é possível entrar em contato com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania para pedir apoio, visto que é uma questão onde é função principal é a preservação da vida e redução de acidentes graves. Também pedir apoio para a empresa Rumo Logística visto que muitas vezes o acesso clandestino é feito em vias férreas manejadas por eles.

Comandante Andrade informa que é difícil a fiscalização devido ao crime organizado que informa quando um carro da GCM está em ronda, diz que uma solução seria viaturas descaracterizadas e que solicitou uma.

Inspetor Hugo, conselheiro da APA, diz que agências clandestinas também soltam informações falsas nas redes sociais para dificultar a fiscalização e diz que com a instalação das câmeras é possível um melhor monitoramento do local e aplicação eficaz de penalidades que diminuem a quantidade de infratores.

Conselheiro Bruno Frões, fala sobre o PESM, onde ele é um dos monitores ambientais, sobre a dificuldade do núcleo Curucutu que apesar de ser o maior dos núcleos, com 37 mil hectares, recebe pouco investimento e tem poucos monitores e seguranças para sua área. Fala que existe uma tentativa de solicitar investimento pela Rumo, mas que não tem sucesso. Informa que um dos grandes problemas são os moradores locais, que se aventuram em atrativos não legalizados e entram em conflito com autoridades quando confrontados na sua retirada e aplicação de penalidades, onde muitos informam não saber que é ilegal utilizar o atrativo. Bruno Frões informa que é necessário informar a população para conscientização dela e que essa população faça um papel fiscalizador junto com as autoridades.

Bruno Frões informa que uma ideia é a sinalização, com placas, faixas, flyers, etc., dos caminhos usados para ir até os atrativos, no local e em centros das comunidades para uma disseminação maior de informação sobre os atrativos. Informa que também existe um processo de tentativa de regularização dos atrativos, porém é difícil devido ao acesso a área, onde muitas vezes o único acesso é pela linha férrea que a Rumo administra.

Susan, do CFA/NVPAT da SVMA, diz que é possível solicitar placas através do projeto DEMARCA para uma placa padronizada entra APA e PESM. Para isso é necessário o mapeamento e levantamento de dados das trilhas de acesso, para saber onde e quantas placas serão colocadas. Fala que para a instalação pode ser feita por terceirizados ou através de um mutirão, Bruno Frões informa que os monitores do PESM conseguem fazer a instalação se tiverem as placas.

Roberto Carlos diz que o Projeto Cachoeiras Limpas pode ser usado além para limpar as cachoeiras da região, também pode ser usado como veiculador de disseminação de informações para as pessoas que estão na cachoeira. Além das placas sugere a colocação de faixas, por serem mais rápidas e de custo menor para sua colocação. Também oferecer alternativas para as pessoas que querem fazer o roteiro com cachoeiras, mostrar que existem alternativas legalizadas e seguras.

Roberto Carlos também diz de trazer equipes da Subprefeitura de Parelheiros para fazer essa colocação das faixas para divulgação maior, Elvira, da Subprefeitura, informa que pode verificar com as equipes para agendar essa ação. Flávio informa que é possível conseguir investidores para fabricação das faixas. Elvira e Bruno Frões sugerem uma divulgação conjunta nas redes sociais informando a população sobre as cachoeiras para um alcance maior.

Susan sugere um levantamento das informações de pessoas e agências que realizam o turismo clandestino para a realização de um dossiê para envio ao Ministério Público, para que os responsáveis respondam. Também adicionar acidentes anteriores para dar ênfase na possibilidade de perda de vida em alguns locais de atrativo.

Roberto Carlos informa sobre um processo que o IBAMA está realizando envolvendo a Rumo, onde eles necessitam entrar em contato com a SVMA através da APA. Fala que com esse processo o contato pode ser feito e também realizar esse contato com outros canais, como a Subprefeitura, para discutir os assuntos tratados nas reuniões. Inspetor Hugo sugere trazer a assessoria de imprensa para as discussões com a Rumo para registro oficial.

Flávio sugere entrar em contato com empresas automobilísticas para solicitar que seja entregue um carro através do fundo social dessas companhias, para utilizar esses carros para fazer o monitoramento e fiscalização das áreas protegidas.

Elvira da Subprefeitura informa que placas indicando as cachoeiras serão removidas para desencorajar as pessoas a irem aos atrativos que não estão abertos. Bruno Frões sugere utilizar a estrutura das placas que serão removidas para colocar as novas placas e faixas.

Roberto Carlos informa sobre um processo com o Ministério Público Federal (MPF) onde há discussões de invasões de Terras Indígenas para o uso ilegal dos atrativos no Território Indígena, onde existem discussões sobre legalização dos atrativos e como impedir o turismo clandestino. Roberto diz que é necessário transformar o turismo ilegal em legalizado para desenvolvimento e um dos passos é esse que está sendo feito através do Ministério Público.

Fechamento da reunião

Bruno Alves tira dúvidas entra projeto Cachoeira Limpa e Operação Cachoeira, onde o projeto é de conscientização e limpeza dos locais e a operação é fiscalização com aplicação de penalidade.

Bruno Frões pergunta sobre a base me Evangelista de Souza, Roberto Carlos informa que isso está sendo discutido no processo sobre as invasões de Terras Indígenas com o MPF. Elvira informa que existe um projeto de revitalização da base, que só falta investimento. Inspetor Hugo sugere a inclusão de um heliponto nos planos da base.

Susan informa que o projeto do REGULAPARCS esse ano terá foco na APA, especialmente nas regiões mais isoladas e distantes. Pede que seja feito um levantamento de locais de ocupação clandestina para que seja feita uma rápida resposta. Roberto Carlos fala que será utilizado as novas tecnologias para defesa e monitoramento das áreas protegidas, para impedir essa questão.

Sérgio Costa coloca em foco a fiscalização e ação imediata de locais de ocupação irregular para evitar que esse seja expandido, Comandante Andrade informa que é necessário que as denúncias sejam feitas e que mesmo assim, ele tem poucas viaturas e pessoal disponível e por isso é difícil realizar a fiscalização no território todo. Sérgio fala que a GCM deve ser o último recurso, não o primeiro recurso de fiscalização, diz que é necessário uma maior fiscalização e ação preventiva, com informações em tempo real.

Encaminhamentos

Operação Cachoeira: Verão 2026

- Início imediato da operação com blitz e fiscalização integrada.
- Planejar ações específicas para feriados e Carnaval.
- Estabelecer canal direto de denúncias com resposta rápida.

Projeto Cachoeira Limpa

- Organizar mutirões de limpeza e conscientização com moradores e monitores ambientais.
- Produzir conteúdo educativo para redes sociais sobre riscos do turismo irregular.

Sinalização e Comunicação

- Elaborar layout padrão para placas e faixas.
- Mapear trilhas e pontos de acesso às cachoeiras para instalação de sinalização.
- Placas para conscientização sobre restrições legais de atrativos na APA.
- Planejar campanha digital de conscientização ambiental para redes sociais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – CFA/DPCFA/NVPAT
CONSELHO GESTOR ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAPIVARI-MONOS



Parcerias e Compensações Ambientais

- Buscar apoio para aquisição de veículos e equipamentos para fiscalização.
- Avaliar possibilidade de terceirização da gestão turística em áreas seguras.

Monitoramento e Inteligência

- Solicitar instalação de câmeras inteligentes em pontos críticos (ex.: Evangelista de Souza).
- Integrar sistema de monitoramento com GCM e Secretaria do Verde.

Ações Complementares

- Criar dossiê com registros fotográficos de turismo irregular para encaminhamento ao MP.
- Desenvolver sistema de inteligência georreferenciada para monitoramento preventivo.

Anexo I – Foto



